Executivo 4

SEXTA-FEIRA, 31 DE DEZEMBRO DE 2010

GABINETE DA GOVERNADORA

4. PROCEDIMENTOS E PARÂMETROS DE LIQUIDAÇÃO, REACTUAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO E REMISSÃO DE DÉBITOS

Os financiamentos pelo FDE que estiverem em situação normal, atraso ou de inadimplência, e nos quais o devedor demonstrar interesse em realizar a liquidação, reactuação ou renegociação do débito, conforme o caso, serão passíveis de realização de acordos que permitam o efetivo retorno dos recursos ao FDE.

O BANPARÁ terá autonomia para deliberação sobre as propostas de liquidação, reactuação ou renegociação que se encontrem dentro dos parâmetros estabelecidos no presente Manual.

Considera-se reactuação a extensão dos prazos de carência e de amortização, estabelecidos no instrumento contratual original, até os prazos máximos determinados para cada setor/atividade constantes no Manual de Operacionalização do FDE, daqueles financiamentos que estiverem em situação normal ou de atraso, através da assinatura de Aditivo ao Contrato Original. Em casos excepcionais, será permitido aumentar em até 50% (cinquenta por cento) o prazo máximo de amortização constante no referido Manual, de forma a lograr a reactuação.

Considera-se renegociação a prorrogação dos prazos de amortização estabelecidos no instrumento de crédito original, daqueles financiamentos que estiverem em situação de inadimplência, através da assinatura de Aditivo ao Contrato Original, Confissão de Dívida, Assunção de Dívida ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração dos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

No caso de operações em cobrança judicial a forma de renegociação será instrumentalizada pelo Núcleo Jurídico, não podendo ser utilizado nenhum outro instrumento contratual de renegociação.

Considera-se remissão o perdão das dívidas daqueles devedores do FDE que se encontram impossibilitados de cobrança judicial, pela prescrição reconhecida pelo Núcleo Jurídico do BANPARÁ, que tenham sido contratadas antes de 2003.

A operacionalização das liquidações, reactuações, renegociações e remissão dos financiamentos do FDE ficarão sob responsabilidade do BANPARÁ, devendo este seguir os procedimentos estabelecidos no presente Manual.

4.1. FORMALIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Para formalização de propostas de liquidação, reactuação ou renegociação de débitos, será necessário que o devedor formalize a proposta por escrito, atendendo ao que segue:

- Justificativa do pedido;
- Descrição da forma de pagamento;
- Descrição das garantias oferecidas (se for o caso).

Para o estudo da proposta deve-se obter o máximo de detalhes sobre o devedor, por isso deve ser anexado à proposta o seguinte:

Para Pessoa Física

- Comprovante de renda ou Declaração de rendimentos da pessoa física do último exercício;
- Laudo de reavaliação das garantias atuais, quando necessário, e de avaliação de outras passíveis de vinculação;
- Demonstração de outras fontes de renda, caso haja; e,
- Outros documentos e/ou informações que se fizerem necessários.

Para Pessoa Jurídica

- Declaração de rendimentos da pessoa jurídica do último exercício, Faturamento do exercício, Balancete de Verificação, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício;
- Laudo de reavaliação das garantias atuais, quando necessário, e de avaliação de outras passíveis de vinculação;
- Demonstração de outras fontes de renda, caso haja; e,
- Outros documentos e/ou informações que se fizerem necessários.

4.2. PROCESSO DE ANÁLISE E DEFERIMENTO DE PROPOSTAS

4.2.1. OPERAÇÕES EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Havendo proposta de liquidação, reactuação ou renegociação de débitos por parte do beneficiário ou devedor de financiamento pelo FDE, o BANPARÁ deverá seguir os seguintes procedimentos:

- Receber a proposta do beneficiário ou devedor de

financiamentos pelo FDE;

- Analisar a proposta formalizada pelo beneficiário ou devedor de financiamento pelo FDE, observando os procedimentos e parâmetros estabelecidos no presente Manual, de acordo com o caso;

- Elaborar Nota Técnica referente à proposta, emitindo parecer favorável ou desfavorável;

No caso de parecer favorável do BANPARÁ à aprovação da proposta feita pelo beneficiário ou devedor, e, caso a mesma esteja dentro dos parâmetros estabelecidos neste Manual, o BANPARÁ deliberará pela aprovação da proposta. No caso de parecer favorável, e, que a proposta esteja fora dos parâmetros estabelecidos no presente Manual, enviar o parecer técnico do BANPARÁ para deliberação do Comitê de Crédito do FDE. No caso de parecer desfavorável do BANPARÁ, informar o beneficiário ou devedor a respeito do indeferimento da proposta, e, enviar contra proposta dentro dos parâmetros estabelecidos neste Manual, oportunizando ao devedor prazo de 30 (trinta) dias para manifestação;

- Comunicar o devedor a respeito do deferimento ou indeferimento da proposta. No caso de deferimento conceder um prazo de 30 (trinta) dias para formalização da liquidação, reactuação ou renegociação;

- Formalizar a proposta através dos instrumentos de reactuação ou renegociação estabelecidos no presente normativo, de acordo com o caso, ou, proceder à liquidação do débito conforme aprovação.

4.2.2. OPERAÇÕES EM COBRANÇA JUDICIAL

O devedor que possuir o seu débito em cobrança judicial pode apresentar proposta de composição a qualquer tempo, cabendo ao BANPARÁ, criteriosa apuração, visando o correto entendimento sobre a oportunidade do negócio.

Recebida proposta de renegociação, e, constatando-se que o mesmo encontra-se em cobrança judicial, o Núcleo Jurídico posicionará o gestor do crédito no BANPARÁ quanto à situação processual e garantias, perspectiva de recuperação judicial e despesas processuais para compor a análise.

O gestor do crédito no BANPARÁ deverá proceder à análise da proposta, devendo enviar ao Núcleo Jurídico instruções e parâmetros para renegociação e prazo de validade da proposta para formalização do acordo, objetivando a homologação judicial e suspensão do processo até liquidação.

O devedor deverá ser orientado quanto à sua responsabilidade pelas custas e honorários advocatícios, o Núcleo Jurídico do BANPARÁ deverá consultar os autos ou o credenciado responsável, para posicionamento quanto a estes valores, que, deverão ser pagos pelo devedor ao BANPARÁ, o qual ficará responsável por reembolsar os valores à conta do Fundo.

Caso o pagamento seja parcelado, o acordo será remetido ao gestor do crédito no BANPARÁ para controle de inadimplência, contabilização e regularização de cadastro.

A formalização do acordo será realizada pelo gestor do crédito no BANPARÁ, mediante instrumento próprio encaminhado pelo seu Núcleo Jurídico ou mediante petição de acordo nos autos, verificando-se a conveniência em cada caso.

Realizado o acordo, o Núcleo Jurídico deverá suspender a ação, no caso de sobrevir a inadimplência, o gestor do crédito no BANPARÁ deverá informar o Núcleo Jurídico, que por sua vez, deverá informar o juízo para dar prosseguimento à ação e encaminhar uma planilha atualizada do saldo devedor com as eventuais amortizações.

Compete ao gestor do crédito no BANPARÁ o recebimento das parcelas e a formalização do Termo de Liquidação de Débito, e uma das vias deverá ser encaminhada ao Núcleo Jurídico do BANPARÁ para informação ao Juízo, possibilitando o arquivamento da ação. Sobrevindo inadimplência, o gestor do crédito no BANPARÁ deverá, imediatamente, adotar os procedimentos de cobrança, zelando pela sua regularidade, e, caso a inadimplência se verifique por até 45 (quarenta e cinco) dias será informado o Núcleo Jurídico do BANPARÁ para que a ação de cobrança suspensa possa ter seguimento.

Havendo a liquidação total do acordo, o Núcleo Jurídico do BANPARÁ deverá proceder à extinção da Ação Judicial, solicitando o arquivamento do feito e liberação de garantias.

Recusada a proposta, o devedor deverá ser informado quanto à impossibilidade de negociação, encaminhando os parâmetros mínimos para composição, que serão definidos pelo BANPARÁ em contraproposta a ser remetida via carta, oportunizando ao devedor prazo de 30 (trinta) dias para adequação aos termos estipulados pelo BANPARÁ.

A falta de comunicação ao Núcleo Jurídico do BANPARÁ sobre acordo formalizado implica em responsabilidade por custas

e honorários advocatícios, sujeitando a instituição ao risco de configuração de dano moral pela manutenção da demanda.

Serão submetidos a processos disciplinares os responsáveis pelos prejuízos decorrentes da inobservância das normas expressas.

4.3. MECANISMOS DE RENEGOCIAÇÃO

A renegociação deve tomar como ponto de partida o saldo total da dívida atualizado dentro dos parâmetros estabelecidos no instrumento contratual, e, os mecanismos que serão utilizados para efetuar a renegociação são:

- Liquidação à vista, com desconto sobre os encargos;
- Reactuação;
- Renegociação;
- Assunção de Dívida;
- Termo de Acordo.

4.3.1. LIQUIDAÇÃO À VISTA COM DESCONTO SOBRE OS ENCARGOS

O devedor poderá liquidar a sua dívida em pagamento único, podendo ser concedido um desconto exclusivamente sobre os encargos (juros, mora e multa), dependendo de análise a ser realizada pelo BANPARÁ a respeito da proposta elaborada pelo beneficiário ou devedor. Poderão ser concedidos os descontos máximos estabelecidos na tabela abaixo.

Atraso (em anos)	Desconto Máximo
1 – 2	Até 60%
2 – 4	Até 70%
4 – 6	Até 80%
6 – 8	Até 90%
+ 8	Até 100%

Como forma de recuperação de créditos em prejuízo, poderá ser possível a concessão de descontos superiores, sem concessão de descontos sobre o valor do principal, no entanto, a proposta deverá ser encaminhada para deliberação do Comitê de Crédito do FDE, baseada na possibilidade de recuperação dos valores concedidos e que não possuem perspectiva positivas de retorno.

4.3.2. REACTUAÇÃO

Trata-se da extensão dos prazos de carência e de amortização, daqueles financiamentos que se encontram em situação regular ou de atraso, até os limites máximos estabelecidos no Manual de Operacionalização do FDE, conforme reproduzido abaixo, através de assinatura de Aditivo ao Contrato Original.

Setor	Tipo de Financiamento	Prazos (anos)	
		Carência	Amortização
Rural	Fixo/Misto	6	6
	Semi Fixo	3	7
	Custeio	-	2
Florestal	Fixo/Misto	10	5
	Custeio	-	2
Industrial, Agroindustrial e Turismo	Fixo/Misto	4	10
	Giro	1	2
Comércio e Serviços	Fixo/Misto	4	6
	Giro	-	2

Em casos excepcionais, poderão ser realizadas reactuações que impliquem em aumento dos prazos de amortização dos financiamentos acima dos parâmetros estabelecidos na tabela acima, e, considerando que o empreendimento apresenta situação regular, não tendo apresentado atrasos nos pagamentos das prestações superiores a 60 (sessenta) dias, será possível a extensão dos prazos de amortização, para limites superiores àqueles estabelecidos na tabela acima, não superando o limite máximo em 50% (cinquenta por cento) do prazo máximo especificado na tabela acima, cabendo a decisão a deliberação do BANPARÁ.

Somente aquelas propostas de reactuação que estiverem acima de 50% (cinquenta por cento) dos limites máximos estabelecidos na tabela acima serão encaminhadas para deliberação do Comitê de Crédito do FDE.

4.3.3. RENEGOCIAÇÃO

Considera-se como renegociação a extensão dos prazos de amortização daqueles financiamentos que estiverem em situação de inadimplência, de forma a adequar as prestações pactuadas no instrumento contratual original à capacidade de pagamento do devedor de financiamento do FDE.

A renegociação poderá ser formalizada através da assinatura de um Aditivo ao Contrato Original ou Contrato de Confissão